

ENSAIO SOBRE A RETÓRICA, A ARGUMENTAÇÃO E A HISTORIOGRAFIA ANTIGA

Pedro Paulo A. Funari

A História é definida por sua forma, antes que por seu conteúdo. O quê é a História? Para que possamos tratar disso, convém começar por diferenciar dois sentidos muito diferentes da palavra ‘História’. Com H maiúsculo, é o nome de uma disciplina, que não se confunde com história, aquilo que ocorreu no passado. Em nossa língua, assim com em diversas outras línguas de origem latina, história costuma designar, a um só tempo, aquilo que se passou e o relato sobre o passado. Os dois termos, contudo, não se confundem. Em alemão, diferencia-se, de forma clara, o passado, aquilo que se passou (*die Geschichte*) e o relato do passado (*die Historie*), usando o alemão o verbo ‘passar, acontecer’ (*geschehen*) para cunhar o termo *Geschichte* (literalmente, “o Passado”).

Notemos que a própria palavra História, hoje tão corriqueira, é uma adventícia, um termo erudito que não possui sentido em nossa língua portuguesa ou em qualquer das outras línguas modernas ocidentais. *Historie*, *history*, *histoire*, *storia*, História, nenhuma delas encontra explicação para seu sentido no alemão, inglês, francês, italiano ou português. *Historia* é uma palavra do grego antigo, derivada de *histor*, “investigar, pesquisar” e significava, em sua língua de origem, “pequisa” em geral. Este sentido lato da palavra, de certa forma, ainda persiste em português, por exemplo na expressão “História Natural”.

Heródoto foi o primeiro a usar a expressão *historia* para designar uma pesquisa sobre as causas dos conflitos entre gregos e persas, incluindo uma investigação sobre o passado, mas não restrito a ele. Heródoto investigou os costumes dos povos, ouviu seus relatos sobre seu passado e redigiu um grande apanhado que trata, ao mesmo, do presente de sua época e do passado. Heródoto, já na antigüidade foi, por isso, chamado de pai da História, pois ele inventou uma nova forma literária, um novo gênero: o relato de pesquisa que inclui o passado. O termo *historia* passou, assim, a designar uma forma de expressão

literária, preocupada com a *aisthesis*, com a percepção e com a impressão estética que este relato causa no leitor. História como gênero literário, iniciado por Heródoto, continuará no Ocidente até o século XIX, quando da introdução de novos conceitos, como veremos adiante.

Tucídides será o grande consolidador da nova forma literária História, com seu relato sobre a Guerra do Peloponeso. Sua narrativa, assim como para Heródoto, parte do presente, da busca das causas (*aitiai*) da Guerra que testemunhou entre os próprios gregos. Tucídides, testemunha ocular de muitos episódios que narra, recria, em sua obra, inúmeros discursos de personagens, como no caso notável de Péricles. Os discursos foram escritos por Tucídides e são verdadeiros exercícios de retórica e, em certo sentido, podemos dizer que a própria forma literária História é filha direta da Retórica e esta da Pólis democrática.

De fato, foi a vida cidadina, a disputa em praça pública, por meio do embate de um *rhetor* (“autor de uma arenga”) com outro, que surgiu a nova forma de expressão. A *polis* criou o cidadão (*polités*), sujeito autônomo em seu poder de fala em praça pública. A *agorá* (praça do mercado e local de reuniões da assembléia) era o local onde se podia falar (*legein*), juntar (*legein*) conceitos e argumentos, em um discurso (*logos*), resultado da razão (*logos*). O conceito mesmo central de *logos* deriva da importância da arte da persuasão retórica (*peithein*).

A forma narrativa “História”, neste contexto, não poderia deixar de representar um tipo específico de persuasão, de retórica sobre as causas dos acontecimentos. Heródoto e Tucídides não queriam apenas narrar ou explicar, defendiam, mirando-se nos *logoi* da praça pública, um ponto de vista sobre a sociedade da qual faziam parte, Atenas, e seu sistema político, fundado, precisamente, na *isegoria* (“igualdade de fala, liberdade de expressão”). Assim como os discursos, a narrativa histórica deve convencer pela beleza, *forma*, palavra latina que significa, a uma só vez, a aparência e a formosura e que bem traduz os conceitos gregos de *morphé* (forma), *skhêma* (esquema), *taksis* (ordem), pois a forma implica uma estruturação, uma ordenação dos argumentos e dos elementos.

A forma histórica consolida-se, a partir do século V a.C. e perdura, em ambiente latino, calcada em recursos narrativos retóricos, em particular nos discursos reportados em linguagem direta ou indireta. Essa narrativa histórica aparece, também, na iconografia

antiga, como no famoso mosaico da Casa do Fauno, em Pompéia, baseado em pintura de época helenística, da Batalha de Issus. O mosaico pompeiano deve ter sido executado antes de 100 a.C. e reproduz, com relativa fidelidade, o original. O tema do confronto entre Alexandre, o Grande, e Dario, entre a civilização helênica e o mundo oriental, consubstanciava-se, de forma extraordinária, nesta representação. A ordem (*taksis*) das tropas gregas opõem-se à desordem das fileiras persas, assim como a razão (*logos*) se contrapõe à *desrazão* oriental. Alexandre é apresentado com suas feições, semelhante aos seus companheiros, um homem entre homens, a comandar pela razão e em nome da razão. Dario aparece todo paramentado, um soberano que não possui concidadãos, mas súditos, constituindo não uma *koinonia* (comunidade) sob regras (*nomoi*, “regras feitas pelos homens”), mas um bando, uma horda desregrada que apenas deve obedecer ao *despotés* (“senhor de escravos”) Dario.

Na historiografia contemporânea, inventou-se, à maneira dos gregos, um Oriente em tudo oposto ao Ocidente, irracional, imutável, entregue ao despotismo e cuja libertação dependeria da ação providencial do discurso lógico, da racionalidade e da retórica ocidentais, filhas da Grécia clássica. Ao longo das décadas de domínio colonial, até a descolonização dos anos 1960, fazia-se uma analogia entre a ação civilizadora dos europeus e a vitória helênica sobre o oriente, como Pierre Jouguet deixava claro em 1927 a respeito desta vitória de Alexandre:

“O Helenismo conquistou o Oriente pelas armas da Macedônia e por suas próprias instituições...não há dúvida de que a civilização ocidental se apoia na concepção grega e que ela seja constituída pelo livre jogo das iniciativas individuais. Ao tempo de Alexandre, ela já havia provado sua superioridade” (Jouguet 1927: 35).

A História continua, pois, como uma narrativa impregnada de retórica. Desde o século XIX, a disciplina adquiriu, contudo, feições próprias, abandonando sua postura de forma literária, para constituir-se em ciência, uma forma de conhecimento, *Wissenschaft* (*wissen* significa conhecer). Para Leopold von Ranke, em 1823, a História deveria descrever aquilo que efetivamente aconteceu, *wie es eigentlich gewesen*. Afastava-se, assim, de forma programática, a forma literária, em benefício da descrição positiva do passado, tal como reportado nos documentos. Seria apenas no século XX que o caráter

narrativo, a forma do discurso historiográfico, voltaria à baila e retornaria a preocupação com uma análise da construção do argumento na historiografia.

A retórica, na antigüidade presente, de forma direta, nos discursos dos personagens históricos e na iconografia, aparece, em nossa época, de forma mais mediada. A persuasão dá-se pela uso seletivo das fontes, pelo arranjo dos argumentos, pela seleção de um repertório de imagens e de elementos da cultura material que se conformam à cadeia explicativa posta em marcha pelo historiador. A forma volta a ser importante, a beleza de uma frase ou de título de livro adquire importância e retorna-se, de maneira original, a uma história ancorada na forma, volta-se à forma literária, ainda que em um contexto muito diverso daquele antigo.

Do discurso épico à historiografia na construção dos heróis

A História é uma forma literária surgida no século V a.C., mas o relato é muito anterior. *Mythos* significa, justamente, “relato”, “uma narrativa”, uma “história”, sem qualquer conotação de veracidade ou falsidade. Os mitos são histórias repetidas, trazidas de pai para filho pela repetição. Como diziam os latinos, trazidas e, daí, tornadas *tradição*. Os relatos míticos eram aceitos como parte da transmissão dos antigos sobre o universo, suas origens e seu funcionamento. Segundo essa tradição, haveria os imortais (os deuses), os mortais e os heróis, mortais que podiam se tornar imortais ou deuses. Os heróis foram os principais protagonistas da épica, dos grandes poemas fundadores da civilização grega clássica, a *Ilíada* e a *Odisséia*.

A forma épica corresponde a um período histórico preciso, a uma sociedade aristocrática de princípios do primeiro milênio a.C. Os heróis representam bem essa sociedade aristocrática, pois são os “melhores” (*aristoi*), superiores aos outros, mas, em princípio, simples mortais, mesmo se filhos de deuses ou deusas. Não se distinguem dos outros mortais, não são invulneráveis ou possuem poderes físicos ou metafísicos extraordinários. Representam, contudo, a excelência humana, grandes, belos, fortes, são os nobres reis e poderosos guerreiros. São dotados de coragem, a quintessência da aristocracia, como mostra um passo qualquer da *Ilíada* (XII, 310-322):

“Glauco, porquê nos dão tantos privilégios na Lícia, lugares de honra, carnes, taças cheias? Porquê nos tratam todos ali como se fossemos deuses? Porquê possuímos, às margens do Ksanto, uma imensa propriedade, uma bela herdade apropriada tanto para a criação como para o cultivo do trigo? Nosso dever, então, não é, hoje, por justiça, estarmos na primeira fila dos Licianos, para responder ao chamado a uma dura batalha? Os licianos encouraçados poderão, assim, se expressar: ‘Não são sem glória, os reis que comandam na nossa Lícia, comem carneiros pingues e bebem o vinho doce escolhido. Possuem também, parece, o vigor dos bravos, já que estão na primeira fileira dos licianos’”.

Possuem glória (*timé*, a boa fama), são como deuses, possuem a coragem dos grandes homens, *areté*. São, também e de forma sintomática, agraciados com grandes propriedades, pois os heróis são uma representação dos *aristoi* que dominavam a sociedade grega arcaica.

A historiografia surgida no século V a.C. virá a florescer em outro contexto, na *polis* onde já não dominam os aristocratas, guerreiros e proprietários rurais. Em Atenas, manjedoura de Heródoto e Tucídides, a *politeia* (“conjunto de cidadãos, república, constituição”) é o conjunto de *politai*, cidadãos de iguais direitos (*isonomia*, “submetidos à mesma lei humana”). Já não é a justiça divina a governar os heróis, a *themis*, mas a ordem jurídica feita pelos homens, por meio de leis (*nomoi*), mutáveis, resultado da ação de membros livres da comunidade. Neste novo contexto, surge a historiografia e os heróis já não são aqueles da épica aristocrática. Tucídides (2, 65) assim descreve Péricles, epítome do novo herói:

Péricles, por sua posição, habilidade e reconhecida integridade, era capaz de controlar, de forma independente, a multidão, conduzir os muitos, em vez de ser conduzido. Nunca tentou obter o poder de forma imprópria e, por isso, nunca teve que adular-los mas, ao contrário, era tão estimado que podia contradizer seus desejos. Quando os via descontrolados de forma insolente e devido às circunstâncias, ele os deixaria alarmados. Se, ao contrário, estivessem em meio ao pânico, de imediato lhes faria tornar a confiança. Em resumo, o que era, no nome o governo do povo, tornava-se, em suas mãos, o governo do primeiro cidadão.

As virtudes do herói já não são aquelas da épica homérica, pois estava centrada em suas habilidades oratórias, no *logos*. Não se tratava de impor decisões, mas de apresentar argumentos bem estruturados, lógicos e racionais, conceitos encapsulados no próprio termo *logos*. O herói não passa de um concidadão, ainda que, por convencimento pela retórica, seja considerado como o primeiro cidadão. No mundo das cidades, só existem cidadãos e as virtudes não estão apenas na força bruta da bravura militar, mas no domínio da palavra.

Como resultado, na historiografia antiga destacam-se os discursos dos grandes personagens, cuja oratória constitui, de certa forma, a prova da sua excelência. O primeiro historiador latino, Salústio, construiu sua narrativa a partir da recriação dos grandes discursos em praça pública. O discurso de Mário, ao assumir o consulado pela primeira vez, homem sem origem nobre e cujos méritos eram só seus, na recriação de Salústio (Guerra de Jugurta, 85), desafiava:

Comparai-me, homem novo, com a arrogância daqueles [sc. nobres], ó concidadãos. Isto que costumam ouvir dizer ou ler, vi ser feito, ou eu mesmo fiz. Aprendem-nas pelo estudo e eu no campo de batalha. Agora, estimai o que vale mais, atos ou palavras? Eles condenam minha condição de homem novo; eu, sua covardia. O que levantam contra mim é um fruto acaso; o que se reprova neles é a desonestidade. Ainda que considere a natureza humana única e comum a todos, penso que o mais nobre é o mais corajoso. E se me fosse dado perguntar, agora, aos pais de Albino e de Béstia [sc. nobres] se prefeririam a mim ou àqueles como descendentes, que pensais que reponderiam, senão que desejavam que seus filhos fossem os melhores?.

O herói não possui nobreza de sangue, não possui nome e sobrenome, não tem antepassados ilustres, só lhe restam seus próprios méritos. Este herói, muito proposadamente, com este discurso, estava por iniciar o recrutamento de proletários no exército romano, em 111 a.C., até então composto somente por quem pudesse se armar. Mário é um herói por méritos próprios, assim como aqueles cuja pobreza serão arrolados na milícia. É pela arenga do herói que Salústio descreve uma importante mudança social, econômica e, em última instância, política. Este processo, iniciado por Mário, irá culminar com seu herdeiro político, Caio Júlio César, outro grande herói, cuja figura marcará o grande historiador moderno Theodor Mommsen, autor de “César, Retrato de uma estadista” (1857), cujas palavras conclusivas são claras: “Assim atuou e agiu César, como nenhum

mortal, antes ou depois dele”. O uso da palavra “mortal”, *Sterblicher*, relaciona o personagem do historiador aos heróis “mortais” da mais alta antigüidade grega.

Não apenas a historiografia expressou, plasticamente, a heroicidade. A Estátua de Augusto como *Pontifex Maximus*, encontrada em 1910 na Via Labicana, em Roma, e hoje custodiada no *Museo Nazionale Romano* representa a expressão material e icônica dessa forma heróica. Augusto está representado em sua maturidade, sua cabeça coberta com uma toga, a sacrificar. A face é representada com *grauitas*, irradiando um ar majestático e de domínio. Augusto é, à semelhança de Péricles, um *princeps*, o primeiro cidadão, nunca rei, um homem de qualidades excepcionais, à maneira de Mário, que se forjou a si mesmo, ainda que patrício (como César). Augusto, título que lhe foi conferido pelo senado, significa “abençoado” pelos deuses e, assim como César, após a morte, sua deificação aproxima, uma vez mais, os mortais dos deuses. Augusto, sintomaticamente, será homenageado pelo maior poema épico latino, a Eneida, de Virgílio e pela mais ampla obra historiográfica romana, a História de Tito Lívio. De certa forma, um ciclo se cumpria.

Agradecimentos

Agradeço aos colegas José Antônio Dabdab Trabulsi, Richard Hingley, Lynn Meskell e Elisabeth Meiksins Wood. Menciono o apoio institucional da UNICAMP, CNPq, e FAPESP. A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor.

BIBLIOGRAFIA

BANN, S., *As invenções da História – Ensaio sobre a representação do passado*, Ed. Unesp, S.P., 1990.

BELEBONI, R.C. “Resenha de Dabdab Trabulsi, J.A. – *Religion Grecque et Politique Française au XIXe siècle. Dionyso et Marianne*”, in: *Boletim do CPA*, nº 8/9, jul.1999/jun.2000, pp. 237-242.

BENTLEY, M. (ed.), *Companion to Historiography*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1997.

BUECHNER, K., “Das *uerum* in der historischen Darstellung des Sallust”, *Gymnasium*, 70, 1963, 231-252

DABDAB TRABULSI, J.A., “Uma cidade (quase) perfeita: a ‘cidade grega’ segundo os positivistas”, in *Varia História*, UFMG, Belo Horizonte, jul. 2000, n° 23, pp. 26-41

DABDAB TRABULSI, J.A., *Religion Grecque et Politique Française au XIXe siècle – Dionyso et Marianne*, Paris, L’Harmattan, 1998.

DENCH, Emma. *Romulus’Asylum. Roman identities from the age of Alexander to the Age of Hadrian*. Oxford, Oxford University Press, 2005.

EARL, D.C., “The early career of Sallust”, *Historia*, 15, 1963, 302-311.

EARL, D.C., *The Political Thought of Sallust*. Cambridge, Cambridge University Press, 1961.

ERBSE, Harmut. Die Bedeutung der Synkrisis in den Parallelbiographien Plutarchs. *Hermes* 84: 398-424, 1956.

FUNARI, P.P.A., “Book Review – *Archaeology under fire, Nationalism, Politics and Heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*, Meskell, L (ed.)”, in: *World Archaeological Bulletin*, 13, 2001, pp. 82-88.

FUNARI, P.P.A. *Antigüidade Clássica, a História e a cultura a partir dos documentos*, Campinas Editora da Unicamp, 2003, 2ª. edição.

FUNARI, P.P.A., “A guerra de Jugurta, de Salústio”, in: *Letras e coisas: ensaios sobre a cultura romana*, Gráfica IFCH, Campinas, 2002, pp. 19-128.

FUNARI, P.P.A., “Doxa e Episteme: a construção discursiva na narrativa histórica (ou Salústio e a historiografia)”, in: *LPH*, v.3, n. 1, 1992, pp. 22-35.

FUNARI, P.P. A. *A vida quotidiana na Roma Antiga*. São Paulo, Annablume, 2003.

FUNARI, P.A.; SILVA, G.J. *Teoria da História*. São Paulo, Brasiliense, 2009.

HINGLEY, R. *Globalizing Roman Culture. Unity, diversity and empire*. Londres, Routledge, 2005.

JOUGUET, P. *L’Impérialisme macédonien et l’hellenisation de l’Orient*. Paris, Albin Michel, 1927.

KLINZ, A., “Sallust als Geschichtsdenker”, *Gymnasium* 85, 1978, 511-526

- KORPANTY, I. “*De uirtute notione Sallustiana*”, *Eos*, 62, 1974, 255-265.
- KOSTERMANN, E., “Das Problem der römischen Dekadenz bei Sallust und Tacitus”, *Festschrift Vogt*, Berlin, De Gruyter, 1972, 381-810
- LEEMAN, A.D., “Formen sallustianischer Geschichtsschreibung”, *Gymnasium*, 74, 1967, 108-115.
- Leo, Friedrich. *Die griechisch-römische Biographie nach ihrer litterarischen Form*. Leipzig, Teubner, 1901.
- LORENZ, B., “Bemerkungen zum uirtus-Begriff bei Sallust”, *Serta Philol. Aenip.* 3, 1978, 149-159.
- MARTIN, P., “L’éthique de la conquête: un enjeu dans le débat entre *optimates* et *populares*”, in: *Il pensiero sulla guerra nel mondo antico*, Vita e Pensiero, Milano, 2001, a cura di Marta SORDI, pp. 141-171.
- MESKELL, L. (ed.), *Archaeology under fire - Nationalism, Politics and Heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*, Londres, Routledge, 1998.
- MOMIGLIANO, A. Review of “The Roman Revolution”, by Ronald Syme, *Journal of Roman Studies*, 77-79.
- MOSSMAN, Judith (ed.). *Plutarch and his Intellectual World*. London and Swansea, Classical Press of Wales and Duckworth, 1997.
- MUHR, O., *Die Präposition per bei Sallust*. Viena, Dissertation, 1971.
- MUNSLOW, A. *Deconstructing History*. Londres e Nova Iorque, Routledge, 1997.
- ORSTEIN, B., *Salluste*, Paris, Belles Lettres, 1924, e traduzido por Pedro Paulo A. Funari, publicado em *Letras e Coisas: ensaios sobre a cultura romana*.
- PASOLINI, E., “Le prefazioni sallustiane e il primo capitolo del *De breuitate uitae* di Sêneca”, *Euphrosyne*, 5, 1972, 437-445.
- PELLING, C. 1997 "Plutarch on Caesar's fall" in Mossman, Judith (ed.). *Plutarch and his Intellectual World*. London and Swansea, Classical Press of Wales and Duckworth, 1997, pp. 215-234.
- PENNA, A. La, “L’interpretazione sallustiana della guerra contro Giugurta”, *Annali della Scuola Superiore di Pisa*, 28, 1959, 243-284.
- PERL, G. “Die Krise der römischen Republik im Urteil des Sallust”, *Acta Conuentus XI*

Eirene, Varsóvia, 1971, 95-115.

RAMELLI, I., “La dialettica tra Guerra esterna e Guerra civile da Siracusa a Roma”, in *Il pensiero sulla guerra nel mondo antico*, Vita e Pensiero, Milano, 2001, a cura di Marta SORDI, pp. 45-63.

SCARDIGLI, B. *Die Römerbiographien Plutarchs: ein Forschungsbericht*. Munique, Beck, 1979.

SÊNECA, *Tratado sobre a Clemência*. SALÚSTIO, *A conjuração de Catalina e a Guerra de Jugurta*, (traduções de Ingeborg Braren e Antônio Silveira Mendonça), Petrópolis, Vozes, 1990 e em *Antologia Bilíngüe de Escritores Latinos, I. História*, São Paulo, FFLCH-USP, 1991, p. 51.

SYME, R., *Salluste*, Besançon, Centre de Recherches d’Histoire Ancienne, 1982 (original de 1964).

TIMPANARO, S., Sallustio, Cat. 52, 29 e I pronomi personali raddoppiati *meme, tete*, *Contributi di filologia e di storia della lingua latina*, Roma, Ateneo e Bizzarri, 1978, 207-217.

WHITE, H., “O fardo da História”, in: *Trópicos do discurso*, Edusp, S.P., 1994, pp. 39-63.

WOOD, E.M., *Peasant, citizen & slave – the foundation of Athenian democracy*, Verso, Londres, 1988.